



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680018 - SP (2021/0218535-0)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ALEX GALANTI NILSEN
ADVOGADO : ALEX GALANTI NILSEN - SP350355
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLEN PANISE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WILLEN PANISE em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O paciente está cumprindo pena em regime fechado por condenação pela prática do crime descrito no art. 157, § 2º, I, II c/c 70, *caput*, do CP.

O impetrante sustenta que o paciente preencheu todos os requisitos para progressão de regime. Aduz que, ao arripio da lei, o magistrado condicionou o deferimento da benesse à realização do exame criminológico.

Requer, liminarmente, e no mérito, a concessão da ordem para que seja deferida a progressão de regime para o semiaberto sem a realização do exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente